

1. Introdução

Ao longo do ano 2004 e de acordo com o Plano, o Cruzeiro do Sul desenvolveu as seguintes actividades:

Na área da **monitoria e avaliação da pobreza**, depois da formação das organizações da sociedade civil ao nível provincial e distrital e da criação gradual das Unidades de Monitoria e Avaliação da Pobreza nos distritos fez-se a consolidação destas Unidades e o seu acompanhamento com a participação do G20 Provincial. Como este processo coincidiu com o da planificação distrital executado pelo Governo Provincial – Direcção Provincial do Plano e Finanças/UCODIN acordou-se na integração destas Unidades de monitoria nos Conselhos Consultivos distritais.

Na área da **investigação** centrou-se em estudos sobre a redução da pobreza e após a elaboração e discussão do Relatório anual da Pobreza (RAP) acordou-se na necessidade de aprofundar as assimetrias existentes na comunidade e na família rural. Assim foi concebida a primeira componente de pesquisa sobre a Pobreza e Exclusão Social no meio rural moçambicano. Infelizmente por causa do período eleitoral, teve de ser transferida a sua realização para o início do ano 2005, estando já em curso nas aldeias seleccionadas nas três províncias do Norte o levantamento espacial e quantitativo.

Trata-se dum programa multi-dimensional da pobreza que pretende analisar as relações no seio da família e da comunidade e a dinâmica local de redução da pobreza.

O CEPKA, parceiro local tem estado a apoiar a discussão e análise das propostas e recomendações do RAP bem como a acompanhar o funcionamento das Unidades de Monitoria já referidas nos postos administrativos e distritos.

Nas nossas visitas à Província de Nampula tivemos a oportunidade de contactar e observar o funcionamento dos Conselhos de Consulta em vários distritos.

Na área da **extensão**, o Cruzeiro do Sul coordenou as actividades do G20 e participou nas reuniões do Observatório da Pobreza ao nível nacional, nalgumas sessões de trabalho do G20 Provincial e na criação do Observatório do Desenvolvimento em Nampula.

Na área da **divulgação** foi actualizada a página da Internet e as apresentações dos trabalhos realizados em numerosos seminários nacionais e conferências internacionais

Na área da **formação** manteve o programa de atribuição de bolsas de estudo, a formação especializada do pessoal em cursos de ponta e um programa de capacitação/reciclagem em indicadores de monitoria e avaliação da pobreza em todos os distritos da Província de Nampula para os membros dos Conselhos Consultivos.

Para além destas actividades, o Cruzeiro do Sul, concentrou-se na problemática da terra, fez o acompanhamento do projecto sobre a diversificação de culturas na zona algodoeira

de Morrumbala e parcerias entre o sector privado e familiar para a redução da pobreza através da criação de galinhas em Manica. Efectuou ainda a avaliação do fundo de bolsas de estudo em Nampula do Programa Nisomé e continua em curso o apoio a colegas e estudantes estrangeiros que estão a trabalhar nas suas teses ou a participar em estágios de curta duração para recolha de informação.

2. Objectivos de 2004

2.1. Na Área de Monitoria e Avaliação

2.1.1. Contribuir para a organização dum Sistema de Monitoria e Avaliação da Pobreza em Nampula

2.1.2. Articular com o Sistema de monitoria e Avaliação do PARPA por parte do Governo (UCODIN) na implementação do PEN

2.1.3. Analisar os dados recolhidos na aplicação do inquérito em Nampula, Cabo delgado e Niassa e depois a todo o País

2.1.4. Coordenar o envolvimento das 20 organizações da Sociedade Civil no Observatório da Pobreza

2.1.5. Assessorar a Embaixada e os técnicos da cooperação que se deslocam ao País

2.2. Na Área da Promoção da Investigação

2.2.1. Produzir trabalho científico resultante da investigação realizada

3. Actividades Realizadas e Resultados Alcançados

3.1. Na área de Monitoria e Avaliação

3.1.1. Colaboração com o CEPKA

No final do 1º semestre fez-se avaliação das actividades realizadas, com incidência no trabalho do G20 provincial e na organização e montagem dos núcleos Distritais de Observação da Pobreza, que se estendem a quase todos os distritos.

Em simultâneo o Governo Provincial por via da Direcção provincial do Plano e Finanças/UCODIN inicia o seu programa de planificação distrital com a criação dos

Conselhos Consultivos nos Distritos e Postos Administrativos. Para assegurar maior eficácia aos núcleos acordou-se a sua integração nos conselhos Consultivos.

No decorrer do 2º semestre foi necessário criar os últimos quatro núcleos distritais de monitoria e avaliação da pobreza e consolidar os existentes integrando-os gradualmente nos respectivos conselhos Consultivos. Este trabalho contou com a participação das organizações do G20 Provincial, do qual o CEPKA é coordenador.

Numa primeira fase, foram abrangidos 13 distritos e mais tarde os outros distritos com excepção dos distritos onde existem Conselhos Municipais e respectivas Assembleias do Município em funcionamento.

A metodologia usada foi a de passagem de informação e esclarecimento por via de seminários e debates que contaram também com a presença de membros do Governo Distrital.

O trabalho do CEPKA continuou com o acompanhamento regular das actividades realizadas pelas unidades Distritais de Observação da Pobreza, que a partir de 2005 estarão completamente integrados nos Conselhos Consultivos tentando ajustar os interesses da sociedade civil com o programa definido para os Conselhos Consultivos por parte do Governo Distrital.

Em anexo o relatório de actividades faz referência aos indicadores propostos pelas unidades de monitoria. Estes servem para verificar as mudanças ocorridas em relação a pobreza (anexo1).

O CEPKA realizou ainda mais duas importantes acções – a divulgação do RAP, com destaque para as propostas e recomendações que seriam da responsabilidade da sociedade civil executar e a preparação do G20 Provincial para participar na criação do Observatório Provincial do Desenvolvimento. No acto da criação foi lida uma intervenção das organizações da sociedade civil, que defendem a democracia participativa, a formação de micro-empresas no meio rural, agro-processamento e apresentar os problemas sentidos pelas associações de camponeses.

No processo de divulgação do RAP surgiram também sugestões apresentadas pela comunidade, ao nível dos distritos.

3.1.2. Criação do G20 de Nampula

O Cruzeiro do Sul participou, em Nampula, num encontro da sociedade civil para a constituição do G20 da província. Estiveram presentes no referido encontro ONGs, sector privado, académicos, sociedade civil entre outros.

A constituição do G20 provincial teve como critério, a filiação de qualquer instituição que manifeste vontade de trabalhar na luta contra a pobreza. O G20 provincial tem como objectivo fazer o acompanhamento das actividades que estão sendo realizadas na Província para a erradicação da pobreza absoluta a médio e longo prazo.

O G20 da Província de Nampula ficou constituído por 16 membros nomeadamente:

1. CEPKA (Centro de Pesquisa Konrad Adenauer)
2. KULIMA
3. FÓRUM TERRA
4. KARIBU
5. CCM (Conselho Cristão de Moçambique)
6. CISLAMO (Conselho Islâmico de Moçambique)
7. ADCIC (Associação para o Desenvolvimento Cívico e Cultural)
8. ADOC (Associação para o Desenvolvimento das Organizações Comunitárias)
9. PROPAZ (Programa de Promoção da Paz)
10. ORADE
11. CARITAS
12. IGREJA CATÓLICA em Nampula
13. ASSONAMI (Associação dos Operadores dos Médias Independentes de Nampula)
14. OLIPA-ODES (Organização para o desenvolvimento Sustentável)
15. GMD (Grupo Moçambicano da Dívida)
16. RÁDIO ENCONTRO (Rádio Comunitário Local)

O coordenador da organização é o CEPKA e o secretariado é formado pelas organizações ADCIC, PROPAZ e KARIBU. O G20, com base num plano de actividades elaborado, deu início acções que estão a ser realizadas através da concretização de estratégias de monitoria e avaliação da pobreza nos distritos, a realização de estudos e pesquisas, análises e trabalhos de sistematização e divulgação de experiências de combate a pobreza.

As actividades realizadas resumiram-se no processo de fortalecimento das Unidades de Monitoria e Avaliação da Pobreza nomeadamente: divulgação do Relatório Anual da Pobreza (RAP); acompanhamento das actividades das unidades de Monitoria da Pobreza; criação das Unidades de Monitoria e Avaliação nos distritos de Momba, Muecate, e Meconta e participação no Observatório da Província.

O RAP foi divulgado em seminários nos 21 distritos da Província de Nampula e contou com a participação do Governo Distrital, da Sociedade Civil, representantes das Unidades de Monitoria, dos Conselhos Consultivos e de todos os actores do desenvolvimento ao nível local. A realização dos seminários para a divulgação do RAP permitiu mais uma vez ouvir o contributo dos cidadãos, tendo em conta que o relatório é o resultado de um inquérito de opinião e permitiu ainda a análise dos resultados do próprio inquérito.

O acompanhamento das actividades das Unidades de Monitoria e Avaliação nos distritos foi através de debates sobre o desenvolvimento. Participaram todos os actores do

desenvolvimento local e cada um dos intervenientes era portador de um ponto de vista daquilo que são as principais acções a serem desenvolvidas em prol do desenvolvimento do distrito.

3.1.3. Organização das Unidades Distritais de Observação da Pobreza

Em parceria com o CEPKA o Cruzeiro do Sul participou também na criação das Unidades Distritais de Observação da Pobreza em todos os distritos da Província de Nampula, com excepção dos distritos onde existem Conselhos Municipais. As referidas Unidades estão inseridas e funcionam no âmbito dos Conselhos Consultivos Distritais de modo a existir uma só estrutura representativa.

As Unidades Distritais já em funcionamento manifestaram o interesse de periodicamente, beneficiarem de uma reciclagem na componente – indicadores de monitoria e avaliação.

De acordo com o interesse manifestado numa primeira fase foram abrangidos 13 distritos da Província e mais tarde os restantes. Espera-se que estes, após a reciclagem sejam capazes de formular as necessidades, as variáveis e indicadores das acções, avaliar o decurso, o resultado e o impacto das actividades e; criar um dinamismo na monitoria e avaliação das actividades em curso ao nível local.

Um técnico sénior do Cruzeiro do Sul acompanhou os deputados Holandeses que na altura realizavam um programa de visita a província de Nampula. Os deputados participaram no seminário de apresentação da síntese do RAP e conclusões do seminário provincial.

Uma equipa do Cruzeiro do Sul deslocou-se à Província de Nampula com o objectivo de: (i) visitar às Unidades de Monitoria e Avaliação do pobreza nos distritos, (ii) contactar com os Conselhos Consultivos, (iii) preparar a instalação do Observatório da Pobreza Provincial e (iv) iniciar o estudo do Mercado de Terras Urbanas em Nacala.

Foi visitada a Unidade de Monitoria e Avaliação do PARPA do Distrito de Nacala-a-Velha. Houve um encontro com o Conselho Consultivo onde se observou que a Unidade de Monitoria e Avaliação era parte integrante do Conselho Consultivo e integrava a participação dos vários grupos da Sociedade Civil. Para além do Conselho Consultivo de Nacala-a-Velha houve uma reunião com o Conselho Municipal da Ilha de Moçambique e tentou-se, em vão, um encontro com o Administrador recentemente nomeado para aquele cargo nesta mesma cidade. Posteriormente foram visitados os Conselhos Consultivos de Muecate e do Mossuril.

3.1.4. Criação do Observatório do Desenvolvimento de Nampula

O Cruzeiro do Sul participou em reuniões conjunta com a UCODIN e o CEPKA (na qualidade de coordenador do G20 provincial) para a preparação e criação do Observatório Provincial do Desenvolvimento. As reuniões foram realizadas por iniciativa da UCODIN (vide anexo 2 e 3).

A reunião para a criação do Observatório foi presidida pelo Governador da Província. Estiveram presentes os membros do Governo Provincial e de alguns Distritos, Sector Privado – Associação Comercial e Industrial de Nampula, ONGs, Sociedade Civil, Confissões Religiosas e Sindicatos.

O Observatório do Desenvolvimento foi criado com o objectivo de acompanhar e coordenar todo o processo de Monitoria e Avaliação do Plano Estratégico de Nampula (PEN). O sistema de Monitoria e Avaliação do PEN foi concebido de forma que haja uma avaliação permanente da intervenção dos actores e do seu ambiente com relação aos objectivos, resultados, actividades e meios projectados (vide anexo 4).

O Sistema de Monitoria e Avaliação do PEN envolve um número significativo de instituições públicas, privadas, organizações da Sociedade Civil e agências externas que exigiu o devido enquadramento para a coordenação e gestão do próprio sistema.

O Observatório do Desenvolvimento funcionará como um fórum de gestão e acompanhamento do Sistema de Monitoria e Avaliação das actividades que concorrem para a promoção do desenvolvimento e da luta contra a pobreza.

Trata-se de um fórum consultivo provincial que inclui intervenientes governamentais, económicos e sociais com a função de coordenar as estratégias de desenvolvimento e os níveis de redução da pobreza.

O Observatório do Desenvolvimento é composto por dois órgãos: o Conselho de Opinião (de carácter ad hoc) e o Secretariado Técnico representado pela UCODIN.

O Conselho de Opinião é composto por 60 a 80 membros, representando o Governo, as organizações da Sociedade Civil e da Comunidade de Parceiros de Cooperação Internacional indicados pelos intervenientes e têm como função a avaliação e aconselhamento.

A escolha dos representantes das organizações da Sociedade Civil com assento no Conselho de Opinião é da exclusiva competência das respectivas organizações.

O Secretariado Técnico é um órgão permanente e tem como função dar apoio profissional e logístico ao Conselho de Opinião. Observe-se o Organigrama – anexo 3.

As organizações da Sociedade Civil que integram o Observatório do Desenvolvimento consideram ser importante o aprofundamento da democracia participativa através da

dinamização dos Conselhos Consultivos de modo a que estes tenham entre os seus objectivos a mobilização e a participação na análise sistemática da situação da pobreza e a identificação de acções concretas para o combate às causas da pobreza ao nível local.

3.1.5 A Questão da Participação e Consulta Comunitária na Planificação Distrital

A lei dos órgãos locais do Estado nº8/2003 de 19 de Maio “estabelece os princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos Órgãos Locais do Estado nos escalões de província, distrito posto administrativo e localidade”.

Esta lei especifica que cabe ao governo distrital e ao Administrador do Distrito promover a participação das comunidades, das autoridades comunitárias e dos cidadãos na solução dos seus problemas.

O Conselho de Ministros esclarece ainda no Decreto nº 15/2000, artigo 2 nº 2 que o método de trabalho preconizado como forma de relacionamento dos órgãos locais do Estado com as comunidades é o de auscultação.

O primeiro interlocutor comunitário é a autoridade comunitária ou seja os chefes tradicionais e o segundo interlocutor é o conselho local.

As principais instituições de diálogo entre os órgãos locais do Estado e a sociedade civil nos distritos e comunidades locais são o Conselho Consultivo Distrital e o Conselho Consultivo do Posto Administrativo.

Referem-se ainda que os fóruns locais e comités comunitários como instituições da sociedade civil deverão resolver os seus problemas ou exprimir junto dos Conselhos consultivos dos Postos Administrativos ou do Distrito as suas preocupações e necessidades.

A composição dos Conselhos Consultivos do Distrito prevê a participação de 30 a 50 pessoas e dos Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos de 20 a 40 pessoas, embora em Nampula alguns Conselhos Consultivos ultrapassam largamente o número referido.

Do contacto directo do Cruzeiro do Sul com o funcionamento dos Conselhos Consultivos pode constatar o seguinte:

- 1- A iniciativa da escolha e o critério de selecção dos participantes cabe sempre ao Administrador/Governo Distrital e Posto Administrativo.
- 2- As duas reuniões previstas ocupam-se normalmente da preparação do Plano Distrital (PES) e da avaliação final do que foi realizado.
- 3- As autoridades tradicionais e religiosas estão presentes mas não parecem estar devidamente representados os principais grupos de interesse económico e social.

- 4- Com tão elevado número de participantes são assembleias com pouca discussão e eficácia
- 5- A deslocação e estadia de muitos participantes, é subsidiado pela Direcção Provincial de Finanças/PNUD e por isso se torna dispendioso e não sustentável.
- 6- Nas aldeias onde vive a maior parte da população não existem Conselhos de Consulta, nem assembleias representativas.
- 7- O processo é concebido de cima para baixo, de auscultação ocasional, sem os fluxos em sentido contrário e os níveis de participação desejados. As formas estruturais e organizadas da democracia participativa ainda não existem.

3.1.6. Relatório Anual da Pobreza (RAP)

As organizações da Sociedade Civil (G20) que foram convidadas a participar no 1º painel do Observatório da Pobreza, reuniram várias vezes e decidiram elaborar, para o 2º painel, um relatório que trouxesse as preocupações dos diferentes estratos da sociedade, as sugestões e propostas concretas de intervenção.

Definidos os objectivos do relatório, foram elaborados e aplicados dois inquéritos: um dirigido aos cidadãos e outro dirigido as instituições. Os inquéritos foram aplicados em todas as Províncias do País.

Este processo implicou a movimentação de meios humanos, materiais e financeiros com vista a trazer para o Observatório a voz de milhares de pessoas em todo o País, sobre as questões relacionadas com as causas da pobreza, o que fazer e como fazer para reduzir a pobreza. O Cruzeiro do Sul desempenhou um papel de relevo, na qualidade de coordenador das actividades do G20 para a elaboração do RAP cujo tema é o combate às causas da pobreza.

Foram realizados dez seminários provinciais e um nacional com objectivo de: (1) apresentar os resultados preliminares dos inquéritos aplicados, (2) discutir e analisar os resultados e (3) identificar propostas concretas a apresentar no RAP. Do levantamento e dos seminários foram identificadas 10 percepções sobre as causas da pobreza e 28 acções concretas para as combater. Com base nos dados recolhidos foram apresentadas sete propostas identificadas algumas estratégias para a sua implementação.

Pelo grande alcance nacional e as implicações que daí advêm são de referir as sete propostas apresentadas pela Sociedade Civil:

- Que a definição oficial da pobreza em Moçambique passe a incorporar mais alguns dos elementos da percepção que os Moçambicanos têm da pobreza. Assim, sugere-se que passasse a ser, por exemplo, *a impossibilidade das famílias, das associações e das empresas terem acesso às condições que lhes permitam satisfazer as*

necessidades básicas dos seus membros e perspectivar o seu crescimento e desenvolvimento no mais breve período de tempo possível.

- Que, na sequência do aprofundamento da democracia participativa advogada pela Agenda 2025, seja dinamizada a criação de Conselhos de Consulta aos mais diversos níveis dos órgãos locais do Estado, com prioridade para os níveis provincial e distrital (rural e urbano) cuja composição conte com representantes democraticamente seleccionados (e não nomeados pelo Estado) dos grupos de interesse que compõem o G20 e dos partidos políticos, entre outros que, eventualmente, venham a ser identificados.
- Que estes Conselhos de Consulta tenham entre os seus objectivos a mobilização para a participação, a análise sistemática e regular da situação da pobreza e identificação de acções concretas que possam contribuir para o combate às causas da pobreza no seu respectivo nível. Entre outras funções, os Conselhos poderão: (i) monitorar a implementação do PARPA, (ii) participar na definição das opções e prioridades do Orçamento do Estado ao nível local, acompanhar a sua execução e ser ouvido na prestação de contas, (iii) participar na definição de programas concretos de combate à corrupção, (iv) participar na gestão e alocação da terra de forma a se aumentar a eficiência alocativa e de uso da terra, se monitorizarem as transacções de direitos entre as unidades produtivas e a aumentarem os investimentos produtivos na terra.
- Para ser sustentável a luta contra as causas da pobreza deve ter como foco a manutenção e a geração de emprego e auto-emprego, através do fomento do sector empresarial nacional, com destaque nas pequenas e médias empresas e nas associações e cooperativas. Para o efeito, e tal como consta na Agenda 2025, deverá ser criado um pacote de incentivos às empresas (incluindo as cooperativas e associações similares) cujas actividades têm efeitos directos sobre os pobres. A identificação do tipo de incentivos e dos critérios para a sua aplicabilidade deve ser objecto de análise conjunta pelo Governo e as associações dos sectores empresarial e cooperativo.
- Que no âmbito das reformas do Estado em curso, seja identificado o contributo concreto que a Sociedade Civil pode dar: (i) para a desburocratização dos serviços relacionados com o sector produtivo; (ii) do combate à corrupção nas redes dos serviços de Saúde, educação, entre as forças policiais e nos sectores que lidam com a alocação de direitos sobre a terra; (iii) na identificação de formas operacionais de articulação entre os sistemas jurídico e judiciais “informal” e “formal”.
- Que no próximo ano se dinamizem as actividades de investigação que permitam identificar: (i) vias concretas e factíveis para o aumento da produtividade e rendibilidade das machambas familiares; (ii) formas para promover a autoconstrução de poços melhorados; (iii) programas de alfabetização e de escolarização básica alternativa para as crianças que não têm a possibilidade de frequentar a escola primária; (iv) formas de prevenir e minimizar os impactos do HIV/SIDA e outras pandemias.

- Que, no seguimento do que consta na Agenda 2025, seja criada uma instituição financeira para o desenvolvimento que tenha por objectivo principal a promoção de mecanismos financeiros que operacionalizem acções viáveis de cidadãos, de produtores nacionais e de entidades da sociedade civil que tenham efeitos multiplicadores na redução da pobreza. Esta instituição financeira deverá ter um papel catalizador na captação da poupança e no crédito rural. O seu capital social deverá contar com a participação de organizações da sociedade civil, do sector privado, do Estado, dos parceiros internacionais e de fundações internacionais com fins filantrópicos.

Concluído o RAP, foi apresentado pelo G20, no segundo encontro do painel do Observatório da Pobreza. A sociedade Civil foi convidada a participar na implementação das Propostas 2 e 3 referentes aos Conselhos de Consulta. Foi feita a publicação do RAP e distribuído por todas as organizações com o propósito de promoverem a implementação das recomendações nele contidas.

No âmbito das actividades programadas para o ano 2004, realizou-se um seminário nacional para balanço da participação da Sociedade Civil no Observatório da Pobreza (OP). O referido encontro tinha como agenda: (i) apresentação do RAP, (ii) Fazer o balanço das actividades realizadas (iii) definir o plano de actividades para o 3º Painel do Observatório da Pobreza e (iv) a questão da representatividade. O mesmo contou com a participação de delegações, vindas de todas as Províncias, confissões religiosas, sindicatos, sector privado, ONGs, académicos, jornalistas, artista entre outros interessados.

Feita a apresentação dos dois primeiros pontos da agenda seguiu-se a plenária onde foi discutida as questões da representatividade, actividades e a estrutura da qual se obteve o seguinte consenso:

Sobre as Actividades

- Um RAP anual será a forma de comunicação ou interacção da Sociedade Civil nos Observatórios da Pobreza;
- O RAP 2005 deve considerar os seguintes aspectos: O acompanhamento das 7 propostas que constam do RAP 2004, enfoque na revisão do PARPA e o processo ao nível da províncias;
- As organizações da Sociedade Civil terão de fazer o acompanhamento das 7 propostas do RAP 2004;
- As organizações da Sociedade Civil devem incluir a questão do OP/Monitoria da Pobreza/PARPA nas suas agendas de trabalho.

Sobre a Estrutura e a Representatividade

- Não institucionalizar o G20. As organizações é que têm o protagonismo;
- Terá que se manter a actual estrutura da composição do G20;

- Encorajar, como metodologia de trabalho, a estrutura e “modus operandi” do G20 do G20 nas províncias, impulsionando assim um G20 provincial;
- Quer os assentos que a Sociedade Civil possui no Observatório como o processo de envolvimento e participação não são monopólio de nenhuma das organizações. Em cada ano, o G20 poderá ter a sua dinâmica. A composição, no sentido de preenchimento dos assentos nas sessões do Observatório da Pobreza, será matéria da plenária da OP em cada ano. A não participação no grupo de organizações que terão assento na sessão plenária do OP, em cada ano, não exclui o envolvimento em todo o processo. A sessão plenária é apenas uma etapa de todo o processo; e
- Informar/divulgar aos diversos níveis e actores sobre o “Processo G20” para um envolvimento mais amplo da Sociedade Civil.

No final do encontro foi realizada uma conferência de imprensa com os órgãos da comunicação social presentes no local.

3.2. Na Área da Promoção da Investigação

3.2.1. Formação

Em 2004 foi apenas atribuída uma bolsa de estudo para o nível de Mestrado. A outra bolsa prevista, para o nível de Doutoramento, foi cancelada por o beneficiário (Israel J. Mussuanganhe), não estar a cumprir com as normas administrativas estipuladas e não estar a interagir com o instituto. Por essa razão foi verificado que os critérios de atribuição de bolsas tinham que ser melhorados. Foram tomadas algumas medidas rectificativas e espera-se que para o ano de 2005 tenham efeitos positivos no aumento do conhecimento individual e colectivo do instituto.

O Cruzeiro do Sul, em colaboração com o CEPKA, realizou na província de Nampula cursos de capacitação ou reciclagem na componente – indicadores de monitoria e avaliação da pobreza. Participaram nos referidos cursos os representantes dos Núcleos Distritais, dos Conselhos Consultivos Distritais e dos grupos de interesse. Os distritos abrangidos pelo curso foram: Ilha de Moçambique, Nacala-a-Velha, Angoche, Mogovolas, Mossuril, Moma, Monapo, Nacaroa, Erati, Murrupula, Malema, Lalaua, Rapale e Ribawé.

3.2.2. Estudo Comparativo da Pobreza nas Províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado

O Cruzeiro do Sul, no âmbito das suas actividades programadas para o ano de 2004, realizou estudo comparativo sobre a pobreza nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado e

Nampula com base nos dados recolhidos no inquérito para a elaboração do Relatório Anual da Pobreza (RAP). Não foram introduzidas alterações ao inquérito ou tratamento de dados em relação aos dados nacionais recolhidos para o RAP, para esta região específica.

Constituíam objectivo específico deste levantamento: (i) trazer as preocupações dos vários estratos da sociedade da região norte, as sugestões dos vários actores e propostas concretas de intervenção; (ii) disseminação da informação recolhida através dos seminários, debates com grupos locais de investigação, com o Governo, sector privado, ONGs, grupos religiosos, promoção de encontros, apresentações e distribuições de informação escrita.

Os dados recolhidos para este estudo comparativo não permitem que se faça a extrapolação e não têm validade estatística, devido ao seu carácter voluntário de aplicação e de resposta, o não controlo da amostra e à disparidade do número e características dos inquiridos por Província. Era um inquérito de opinião, cuja aplicação teve como objectivos operacionais, trazer em primeiro lugar a voz directa de milhares de cidadãos e em segundo desencadear uma dinâmica de análise-acção, de todos os parceiros da sociedade civil no combate à pobreza.

Após o tratamento de dados e produção de tabelas foram realizados três seminários nas respectivas províncias para a apresentação dos resultados preliminares do inquérito.

Foram inquiridos 3.501 cidadãos, sendo 1.953 em Nampula, 710 em Cabo Delgado e 838 em Niassa. Dos dados recolhidos concluiu-se que:

- Apesar de terem sido envidados esforços, tanto por parte do Governo como sociedade Civil, para uma maior participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, 75% dos cidadãos e metade das instituições inquiridas, não participaram em nenhuma reunião, para analisar as questões de pobreza em Moçambique. É de referir que mesmo com as iniciativas em curso como sejam as Unidades Distritais de Monitoria e Avaliação da Pobreza na Província de Nampula, a participação do cidadão é ainda muito baixa.

- Mais de metade dos cidadãos, em Nampula, Cabo Delgado e Niassa são pobres, não conseguem satisfazer as suas necessidades vitais, porque não lhes é dada a oportunidade para tal. Para o universo dos inquiridos que exprimiram outras percepções, a pobreza poderá ser reduzida caso exista essa oportunidade.

- Em matéria de realização dos direitos humanos, apesar dos resultados positivos alcançados, há ainda muito por fazer. São ainda muitos os que têm a percepção de que a quantidade de comida e de água que consomem são insuficientes.

- É preocupante o facto de uma elevada percentagem de famílias (44%) ter tido alguém doente por mais de três meses, pelos efeitos sentidos ao nível da economia familiar. Ter alguém doente por mais de três meses significa que o fundo de tempo de trabalho da

família foi afectado, houve outro membro que teve que trabalhar pelo doente ou uma criança, que ficou impossibilitada de ir à escola.

- Constata-se também a falta de dinheiro, quer para comprar medicamentos quer para o envio dos filhos à escola, segundo declarações dos inquiridos, uma vez que o Governo subsidia apenas os custos dos medicamentos e o ensino básico é gratuito, mas as famílias contribuem ainda de forma directa e indirecta.

- Em termos de conflito, a família, as autoridades tradicionais, as autoridades religiosas, são as três instituições a quem se recorre para a resolução de conflitos sociais graves. As instituições do Estado surgem como os grandes ausentes na resolução de conflitos, embora se tenha mencionado o papel que o Estado deve desempenhar no combate à criminalidade, à imoralidade e à falta de ética.

- Cerca de 52% dos inquiridos que possuem terra declararam temer que o Estado lhes tire a terra ou talhão. Sentem-se mais inseguros os mais escolarizados, ou seja os que maior potencialidade têm de nela investirem.

- A Sociedade Civil das três províncias, têm consciência das causas da pobreza e têm ideias de como as combater.

Os resultados foram analisados e discutidos e foram igualmente identificadas propostas concretas a serem apresentadas no Relatório Anual da Pobreza. O relatório sobre o estudo comparativo foi enviado no 1º semestre.

3.2.3. Proposta de Pesquisa Sobre a Pobreza e Exclusão Social no Meio Rural Moçambicano

Foi elaborado, no 2º semestre do ano de 2004, a proposta de pesquisa sobre a pobreza e Exclusão Social no Meio Rural Moçambicano. O referido projecto é um dos componentes do programa de investigação sobre o carácter multi-dimensional da pobreza. O programa pretende analisar as relações no seio das famílias e das comunidades e a dinâmica local de redução da pobreza. Não foi possível a implementação do referido projecto na data prevista em virtude de ter coincido com o período da campanha eleitoral seguida das eleições, mas já está em curso nas Províncias do Niassa, Nampula e cabo Delgado.

Os dados oficiais apontam para a redução dos índices de pobreza absoluta e agregada ao nível nacional. Porém, a apresentação agregada dos dados não permitem identificar o que se passa no seio das famílias e nem no seio das comunidades, não garante que a redução da pobreza aconteça uniformemente nas famílias e nas comunidades ou se há alguns que estão a ficar mais ricos e muitos que se mantêm na mesma, mais ainda não permite saber se a pobreza está a diminuir por razões estruturais ou por razões conjunturais.

A seguir se transcreve a proposta de pesquisa sobre a Pobreza e Exclusão Social no Meio Rural Moçambicano:

1. OBJECTIVOS

O objectivo principal da pesquisa proposta é estudar ‘**Os processos de exclusão social no meio rural moçambicano no contexto das estratégias do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) do Governo de Moçambique**’.

As razões para o estudo da pobreza e da exclusão social em Moçambique são:

- A falta de pesquisa qualitativa em relação ao impacto das estratégias do PARPA ao nível local e familiar.
- A existência de assimetrias¹, quer a nível provincial, quer a nível local e familiar entre a população situada abaixo da linha da pobreza.

Os **objectivos gerais** da pesquisa centram-se em:

- Analisar os impactos das estratégias do PARPA na distribuição equitativa dos benefícios da redução da pobreza ao nível da aldeia e da família.
- Contribuir para o conhecimento qualitativo dos processos de exclusão nos níveis intra-agregado e inter-agregados familiares nas quatro dimensões da pobreza: económica, humana, social e política.
- Comparar os processos de exclusão nas províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado, cujos níveis de redução da pobreza² são diferentes.

Assim, os **objectivos específicos** desta pesquisa:

- Analisar e detectar possíveis assimetrias económicas, sociais e políticas no seio da aldeia e da família geradoras de exclusões sociais.
- Examinar a existência de mudanças nas regras de distribuição dos recursos e da definição das identidades sociais ao nível de aldeia no contexto da implementação do PARPA.

Estes objectivos realizaram-se mediante o estudo de caso em três aldeias das províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado: **Namiope** (Nampula, distrito de Murrupula), **Meluluca** (Niassa, distrito de Mandimba) e **Guiote** (Cabo Delgado, distrito de Ancuabe).

¹ Ver Anexos “Gráfico da Concentração das Despesas Pela População (IAF 2002/2003)”

² Ver Anexos “Tabela dos Índices de Pobreza 1996/97 – 2002/03 (IAF 2002/2003)”

2. PROBLEMÁTICA

Em Abril de 2001 o Governo de Moçambique (GOM) aprovou o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) onde se definiu a visão estratégica para a redução da pobreza em Moçambique. O objectivo central do Governo foi a redução substancial dos níveis de pobreza absoluta para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular para os pobres (PARPA, 2001).

O macro-objectivo salientado no PARPA é a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de cerca de 70% para menos de 50% nos próximos dez anos. Para se atingir a redução da incidência da pobreza acima referido, o governo teve o objectivo intermédio de reduzir a incidência da pobreza absoluta para cerca de 60% até o ano 2004. (PARPA, 2001)

Segundo o PARPA, o crescimento económico rápido é um instrumento essencial e poderoso para a redução da pobreza a médio e longo prazo. Sem crescimento, o objectivo de aumentar as capacidades e expandir as oportunidades para os pobres continuará severamente limitado pela falta de recursos públicos e privados. Assim, a estratégia para o crescimento económico de Moçambique que beneficie aos pobres requer uma política e ambiente que estimule o sector privado a acelerar a criação de emprego e aumentar as oportunidades para geração de rendimentos através do auto-emprego. (PARPA, 2001)

Concretamente, a estratégia de redução da pobreza em Moçambique é baseada em seis áreas prioritárias para a promoção do desenvolvimento humano e a criação de um ambiente favorável para o crescimento rápido, inclusivo e abrangente. As “áreas de acção fundamentais” são as seguintes:

- (i) **Educação:** Aumentar as capacidades e oportunidades para os pobres, promovendo maior equidade social, regional e do género para a elevação das condições de vida e para o crescimento económico através da expansão da qualidade do capital humano no processo de produção, como de absorção de novas tecnologias.
- (ii) **Saúde:** Expansão e melhoria da cobertura dos cuidados primários através de programas especiais para grupos alvo tais como mulheres e crianças, uma campanha visando reverter a tendência actual expansiva da epidemia HIV/SIDA, e maiores esforços para combater doenças endémicas, com destaque para malária, diarreias, tuberculose, e lepra. A estratégia inclui também iniciativas ligadas a saúde como provisão de água e segurança alimentar.
- (iii) **Agricultura e Desenvolvimento Rural:** Incremento de oportunidades geradoras de rendimentos, particularmente para o sector familiar. A geração de rendimentos depende de avanços agrários que estimulem o aumento da produtividade, mas também e, fundamentalmente de acesso aos mercados.

- (iv) **Infra-estruturas básicas:** Melhoria da rede de estradas permitindo o acesso aos mercados, e facilitando a comunicação e mobilidade, em especial para as populações que vivem nas zonas rurais e dependem da agricultura. Em paralelo, a provisão de água e energia são fundamentais para o desenvolvimento do capital humano e para o aumento da produção nacional.
- (v) **Boa Governança:** Criação de políticas para promover a boa governação de várias formas, incluindo as seguintes: descentralização e devolução da administração pública a níveis próximos da população; reforma das instituições públicas para melhor responderem as necessidades do povo, programas para reforçar a capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, melhorar a segurança pública, proteger os direitos e liberdades dos cidadãos, impor o cumprimento dos contractos e facilitar a resolução de disputas, e o desenvolvimento de um programa para reduzir e conter a corrupção a todos os níveis.
- (vi) **Gestão Macroeconómica e financeira:** As principais prioridades desta área incluem: (i) Política fiscal, monetária e cambial para manter a inflação baixa e aumentar a competitividade; (ii) Políticas para mobilizar recursos orçamentais adicionais equitativamente e eficientemente; (iii) Políticas para melhorar a gestão das despesas públicas; (iv) Políticas para proteger e expandir os mercados financeiros, incluindo uma análise sobre oportunidades para a expansão dos serviços financeiros as áreas rurais e as pequenas e medias empresas; (v) Políticas para promover o comércio internacional; (vi) Políticas para reforçar a gestão da dívida interna e externa.³

Em 1997, o Instituto Nacional de Estatística realizou o primeiro inquérito representativo a nível nacional sobre o consumo dos agregados familiares em Moçambique (IAF). Os resultados indicaram uma incidência da pobreza de cerca de 69 por cento (%) a nível nacional com o nível de pobreza mais acentuado nas zonas rurais que nas urbanas. Em 2002-03 realizou-se um segundo inquérito representativo a nível nacional dos agregados familiares e os resultados mostraram uma melhoria substancial da situação da pobreza relativo a 1996-97. A incidência da pobreza nacional, que ficou definida como parte da população vivendo abaixo da linha da pobreza⁴, caiu para 54 por cento, 15 por cento de declínio se comparado com o registado em 1996-7. Estes dados demonstraram uma consistência com a informação de outras fontes a nível nacional. Nos inquéritos de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) de 2000-01 e 2002-3, ambos registaram ganhos nos indicadores relacionados com a redução da pobreza. Uma análise⁵ detalhada do QUIBB 2000-01 combinada com o IAF 1996-1997 gerou medidas de pobreza

³ No presente projecto a área de ‘Gestão Macroeconómica e financeira’ não será considerada para a análise a nível local e familiar.

⁴ No Inquérito dos Agregados Familiares a metodologia seguida para a construção da Linha da pobreza foi a abordagem do Custo das Necessidades Básicas (CBN), segundo a qual a linha da pobreza é construída como a soma de uma linha de pobreza alimentar e de outra não-alimentar. As linhas da pobreza são estabelecidas em termos de um nível de despesa de consumo *Per Capita* que é considerado consistente com a satisfação dessas necessidades básicas. Os agregados familiares que gastam menos que a Linha da pobreza são considerados pobres.

⁵ Direcção Nacional do Plano e Orçamento, Ministério de Plano e Finanças, ‘Pobreza e Bem estar em Moçambique: Segunda avaliação Nacional’, Março 2004

previstas na base dos indicadores do QUIBB. Esta análise indicou uma redução de pobreza a nível nacional em cerca de nove pontos percentuais para o período de 1996-97 e 2000-01.

Neste contexto de significativa redução da pobreza, e de quase quatro anos de implementação do PARPA, o estudo pretende contribuir para a análise destes resultados positivos no nível da localidade e da família, desde a perspectiva da exclusão social.

Partindo do pressuposto da existência de assimetrias no meio rural moçambicano, a nossa pesquisa vai-se centrar nos processos de exclusão dos grupos sociais mais pobres nas zonas rurais do Norte de Moçambique em relação ao acesso de recursos, rendimentos, e participação e representação política. Assim tentar-se-á realizar uma análise holística com tal de detectar por um lado, quais exclusões sociais existem no meio rural, e doutro lado no contexto da implementação do PARPA, quais mudanças estão a acontecer nas regras da distribuição dos recursos e da definição das identidades sociais ao nível da aldeia.

Em definitiva, a presente pesquisa pretende estudar qualitativamente os efeitos das acções para a redução da pobreza do PARPA na minimização das exclusões sociais existentes no meio rural moçambicano.

3. PERGUNTAS CHAVE (Hipóteses)

Segundo os pressupostos descritos anteriormente, as hipóteses de partida da pesquisa são:

- Quais são as exclusões (sociais, económicas, políticas e humanas) existentes no meio rural moçambicano?
- Será que as estratégias do PARPA são capazes de minimizar as exclusões estruturais existentes na aldeia?
- Será que as estratégias do PARPA estão a aumentar as exclusões no seio da aldeia?

4. MARCO TEÓRICO

4.1. Definição de pobreza

Existem múltiplas definições para o conceito de pobreza. Esta complexa conceitualização da pobreza tem origem na sua natureza multi-dimensional⁶: a pobreza não só é produto de

⁶ Partimos do conceito multidimensional da pobreza no sentido que abrange diferentes factores que condicionam a situação da pobreza. Seguindo os quatro grandes eixos que norteiam a agenda 2025, recentemente adoptada pela Assembleia da República de Moçambique, a pobreza abrange a dimensão do Capital Humano, do Capital Social da

baixos rendimentos económicos, como também de factores de natureza social e cultural. Isto é, os rendimentos baixos normalmente limitam o acesso aos serviços sociais, o que leva a maiores dificuldades para a melhoria do bem-estar, e conseqüentemente a exclusão de certos grupos sociais. Em definitiva, a pobreza tem origem nos processos económicos, políticos, sociais e culturais. Deste modo a pobreza precisa de um estudo interdisciplinar, capaz de dar resposta às suas causas e aos seus obstáculos.

Contudo, a ausência de um consenso e um entendimento comum para a definição da pobreza significa um obstáculo para a formulação de políticas para a sua redução. A multi-dimensionalidade do conceito leva também a um variado uso de medidas para contabilizar a pobreza. São vários os enfoques utilizados para a medição da pobreza, que podem-se resumir em três:

(i) Em primeiro lugar, o enfoque mais comum define os pobres em função dos seus rendimentos ou o seu consumo pessoal em comparação com o desenvolvimento humano. O enfoque estabelece um nível mínimo de rendimentos ou consumo, por debaixo do qual uma pessoa ou uma família é considerada pobre. A medida da incidência da pobreza normalmente apresenta-se como uma fracção da população cujo consumo está por baixo de um determinado nível. A maioria dos estudos da pobreza utiliza este método quantitativo para determinar os níveis comparados da incidência da pobreza. A pobreza, aqui, é entendida como um fenómeno meramente de falta de recursos económicos.

(ii) Em segundo lugar, existe o enfoque baseado nas “necessidades básicas” que analisa a privação das necessidades materiais para satisfazer as necessidades humanas mínimas. O conceito vai para além da falta de rendimentos no sentido que toma em consideração a necessidade de assistência sanitária básica, educação e acesso à água potável. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para além do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) introduziu em 1997, o conceito de Índice de Pobreza Humana (IPH) para as economias em desenvolvimento. Este índice tem por objectivo compreender o grau de privação na vida humana, combinando três dimensões: a esperança de vida, analfabetismo e níveis mínimos de rendimentos globais.

(iii) Por último, o terceiro enfoque combina elementos dos dois anteriores enfoques, e relaciona-se com as condições necessárias para que um indivíduo esteja socialmente integrado e tenha as capacidades para se desenvolver em todos os aspectos da vida social. Este enfoque permite ter uma visão completa do desenvolvimento social, político e económico do indivíduo numa sociedade determinada. Nesta perspectiva, os indivíduos que não podem desenvolver as suas faculdades enquanto actores de uma sociedade, são considerados pobres. A pobreza aqui se entende através do conceito de *exclusão social*.

economia e da Governação. O Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento em Moçambique, também adoptou este modelo para análise das causas da pobreza no ‘Relatório Anual da Pobreza’ (2004).

4.2 Definição de Exclusão Social

Durkheim, Weber e Simmel, foram os primeiros sociólogos a estabelecer o conceito da exclusão, entendido como incapacidade para participar nos intercâmbios materiais ou no mercado. Assim, a exclusão é um fenómeno social, na medida que certas normas e regras estabelecidas numa sociedade levam à inexistência de igualdade de oportunidades para todos os grupos sociais. A exclusão social é *um fenómeno involuntário, distinto de isolamento social, no sentido que grupos ou indivíduos são excluídos por processos casuais fora do seu controlo e a sua solicitação para justiça social é recusada*⁷ (Barry, 1998, p.11).

Apesar do conceito de exclusão ter originado na sociologia ocidental, pode ser utilizado no contexto social não-ocidental, como marco para análise das implicações sociais das desvantagens económicas e vice-versa (implicações económicas das desvantagens sociais). A teoria social entende a exclusão como um produto de processos institucionais, dinâmicas grupais e práticas sociais. Aliás, na maioria da literatura sobre processos de exclusão social em África examina as relações entre identidades sociais e o acesso aos recursos e outros bens sociais. Deste modo, a literatura africanista relaciona a exclusão com a pobreza, na medida que quer as identidades sociais condicionam o acesso aos recursos e gera pobreza, quer a pobreza gera processos de exclusão social.

Como afirma Pilar Monreal⁸ (1996, p.106) a maioria das definições de pobreza falham por não contemplá-la como fenómeno complexo, que muda histórica e socialmente, onde se vinculam relações económicas e políticas ambas conectadas com dimensões ideológicas. Neste sentido a pobreza deve sempre se referir a elementos económicos, sociais, culturais, e na qualidade de vida de uma sociedade. Assim, para o estudo da pobreza é preciso uma perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais para contribuir para uma visão integral e holística da pobreza no seu contexto. Podemos observar que a pobreza não é indiscriminada: não é a mesma para homens que para mulheres, nem para jovens, velhos e crianças.

Todavia na perspectiva da exclusão social, a pobreza têm várias dimensões que não se limitam à carência de recursos económicos, ou de acesso aos serviços sociais tais como educação e saúde, mas sim como um fenómeno multi-dimensional que atinge não só a dimensão económica ou humana, como também a dimensão social em termos de integração nas normas sociais que regem a comunidade, e a dimensão política em termos de capacidade de decisão e de participação.

Contudo a exclusão não é exactamente o mesmo que pobreza, porém, a sobreposição torna-se significativa desde que se considera a pobreza como multi-dimensional e mais do que apenas pobreza baseada no rendimento e consumo. As duas dimensões são inseparáveis, a pobreza leva a situações de exclusão e a exclusão à pobreza. Existe a

⁷ Barry, Brian (1998), "Social Exclusion, Social Isolation and the Distribution of Income, London, London School of Economics, Centre for Analysis of Social Exclusion, CASE nº12, August.

⁸ Pilar Monreal (1996), '*De La pobreza a la exclusión social; Influencia de los cambios estructurales*'

possibilidade de uma pessoa ser pobre, mas não excluída. Em África Sub-Sahariana, um indivíduo pode se converter em pobre devido a falta de acesso aos factores de produção, mas estar integrado nas redes de protecção social e de ajuda mútua. Os processos de exclusão entendem a pobreza no contexto onde surgem, como uma confluência de processos que os agravam e os perpetuam, convertendo-os em estruturais.

Nos países em desenvolvimento, as categorias sociais que definem a exclusão dependem da definição que se estabelece para a própria exclusão. Existe: (a) exclusão económica, a exclusão no mercado laboral e dos serviços como saúde e educação, (b) exclusão da vida social e comunitária, e a (c) exclusão derivada de processos de participação política. Segundo Gore⁹ (1994, p.1) no caso da África Sub-Sahariana uma possível subdivisão de formas de exclusão consiste na exclusão no acesso à terra, aos factores de produção, ao emprego formal e informal, e a representação política. Nas áreas rurais africanas, a existência de amplas redes de cobertura social e de direitos e obrigações mútuas nas comunidades, leva a níveis de exclusão social baixa, tendo mais importância a exclusão económica.

Em síntese, a literatura sobre os processos sociais em África examina as seguintes problemáticas:

1. A maneira como o *status* e o tipo do membro de um grupo ou duma rede social está relacionado com a identidade social (género, etnicidade, idade, lugar de nascimento, religião etc.)
2. A maneira como o *status* e o tipo de membro condiciona o acesso aos recursos e aos outros bens sociais.
3. A maneira como as mudanças na economia e nas políticas públicas afecta o conteúdo das regras de pertença ao grupo e as regras de distribuição dos recursos entre os grupos sociais, e como as identidades e as regras sociais são negociadas.
4. As consequências das restrições da economia global ou dos grupos dominante, no acesso aos recursos dos grupos excluídos.

A maioria da literatura em relação as identidades sociais centrou-se na análise da etnicidade, e nas relações de género e a posição da mulher, particularmente em relação ao acesso à terra, e controlo dos factores de produção. Portanto, parte da literatura limitou-se à análise de identidades sociais específicas e no seu acesso de recursos específicos (quer terra, ou água, saúde, educação, créditos, inputs etc). Pouca é a literatura que examina de maneira holística os processos de exclusão social numa dada comunidade.

A nossa pesquisa vai-se centrar nos processos de exclusão dos grupos sociais mais pobres nas zonas rurais do Norte de Moçambique em relação ao acesso de recursos, rendimentos, e participação e representação política. Assim tentar-se-á realizar uma análise holística com tal de detectar por um lado, quais exclusões sociais existem no meio rural (2), e doutro lado no contexto da implementação do PARPA, quais mudanças estão a acontecer nas regras da distribuição dos recursos e da definição das identidades sociais ao nível da aldeia(3).

⁹ Gore, Charles (1994) Social exclusion in Africa South of the Sahara: A review of the literature <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/1994/dp62/index.htm>

Todavia, apesar do risco do uso de conceitos originários do Ocidente para a análise da realidade africana, há que investigar todos os tipos de exclusão no seio dos mais pobres para permitir uma visão multi-dimensional do estado de pobreza e distribuição da riqueza baseando a interpretação na realidade local de Moçambique. Com tal fim, classificaremos os tipos de exclusão em económica (inclui humana), política e social.

Exclusão Económica (correlação positiva com exclusão humana): É a dimensão mais óbvia e visível, afectando directamente aos níveis de rendimentos dos indivíduos e grupos. Os baixos níveis de ingressos para uma família, pode significar exclusão no acesso aos alimentos básicos, aos serviços de saúde e de educação para todos os membros da família, excluindo-os dos circuitos da informação, agravando as desigualdades de oportunidades. A exclusão intensifica o ciclo vicioso em termos de produtividade e na possibilidade de ter oportunidades para sair da pobreza devido a *deficits do capital humano*.

Exclusão política: Faz referência a incapacidade dos indivíduos para incidir no processo da tomada de decisões quer no seio da sua comunidade quer a nível regional ou nacional face ao Estado. Nos países em desenvolvimento, muitos indivíduos são excluídos das instituições formais devido a uma desconexão e desconhecimento entre instituições e população. A exclusão política leva a situações de dualismo político, de intercâmbios políticos informais e a uma débil legitimidade do Estado.

Exclusão social: De grupos ou indivíduos está em função da comunidade e do momento histórico que se trata. A exclusão social é uma discriminação baseada no sistema de regras e normas. A exclusão varia em função do status que recebe cada membro da comunidade. O status pode ou não ser negociado, pode ser permanente ou transitório. As normas e regras que definem o status para cada indivíduo ou grupo dependem de cada sociedade em questão. O status vem definido, quer por características no nascimento (minorias religiosas ou étnicas, castas e o género) quer por características adquiridas ao longo da vida (profissões determinadas, estado civil, nível de ensino etc.).

Claramente, as diferentes dimensões de exclusão (económica, humana, social e política) são de certa forma inseparáveis, muitas vezes cumulativas e em alguns casos se suplementam ou acontecem em paralelo. Meramente para efeitos analíticos se enfatiza as diferentes dimensões da exclusão.

Se o desenvolvimento implica a transformação integral de uma sociedade, então toda a sociedade tem que estar ‘*incluída*’. O desenvolvimento deve ser baseado em objectivos com a intenção de inclusão (social), participação (política) e posse (económica), estas sendo as condições para o crescimento.¹⁰(Stiglitz 1998, pg. 13)

É neste marco teórico que considera a exclusão como factor de incidência da pobreza que pretendemos averiguar qual a situação da exclusão (económica / humana, social e

¹⁰ Stiglitz, Joseph (1998) ‘*Development policies in a world of globalisation*’ Columbia University

política) entre os agregados familiares e dentro dos agregados familiares em três aldeias das províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado.

4.3 As contribuições teóricas do projecto

■ O presente estudo contribui com uma perspectiva de análise mais qualitativa da pobreza, partindo do enquadramento teórico da Exclusão Social. Os estudos realizados até agora sobre a pobreza em Moçambique basearam-se em métodos quantitativos com base nos rendimentos e no consumo dos agregados familiares. É o caso do IAF e do QUIBB que analisaram a pobreza em Moçambique no enfoque das “necessidades básicas”, estabelecendo uma linha da pobreza que determina quais indivíduos são considerados pobres e quais não, tendo em conta os seus níveis de consumo alimentar e não alimentar, e de acesso aos serviços sociais. Contudo, a presente pesquisa pretende contribuir com uma perspectiva mais abrangente e qualitativa do estudo da pobreza em Moçambique, complementando assim, as análises realizadas até agora no país.

■ Outra contribuição é o uso da metodologia antropológica da *Investigação-Acção Participante* (IAP) para o estudo da pobreza. As técnicas que serão utilizadas são: entrevistas semi-estruturadas, observação participante, e grupos focais.

■ E finalmente, o estudo contribuirá na medição do impacto do programa da Redução da Pobreza nos níveis de bem estar de três aldeias do Norte de Moçambique e para além disso, visa investigar até que ponto os progressos alcançados em determinadas áreas/grupos são atribuíveis ou não a implementação de programas de redução da pobreza.

5. METODOLOGIA

5.1 Modelo de Análise

O modelo de análise, entendido como a estratégia de pesquisa pela confirmação das hipóteses consideradas, vai-se basear em quatro eixos de análise. Partindo do marco teórico baseado na teoria da exclusão social como enquadramento para a análise da pobreza, estabelecemos quatro dimensões da exclusão que coincidem com as quatro dimensões da pobreza. Assim, aqueles indivíduos ou grupos que se encontram excluídos quer económica, humana, social e politicamente da sua comunidade são mais pobres que os outros, na medida que se encontram excluídos dos benefícios da redução da pobreza.

Através da nossa pesquisa pretendemos averiguar qual é a situação da exclusão nessas quatro dimensões quer entre as três províncias escolhidas, quer entre os agregados familiares de cada local, quer entre os diferentes membros do agregado familiar.

Portanto, para cada dimensão da exclusão se analisará nos três níveis de análise: inter-provincial, intra e inter agregado familiar.

EIXOS DE ANÁLISE	INDICADORES	NÍVEIS DE ANÁLISE
Exclusão económica	Terra, Rendimentos Trabalho	Inter – Provincial Inter – agregados familiares Intra – agregados familiares
Exclusão humana	Educação, Saúde Alimentos	
Exclusão social	Efectividade Quadro institucional Mecanismos Prevenção Conflitos Relações de Género	
Exclusão política	Níveis de Participação	

Em relação aos 4 eixos de análise da exclusão, serão configuradas uma série de indicadores que por sua vez vão corresponder às perguntas e observações realizadas no trabalho de campo.

5.2 Metodologia do Trabalho de Campo

A metodologia utilizada para a pesquisa vai-se basear em métodos qualitativos. A informação necessária para testar a validade das nossas hipóteses vai-se obter através de três instrumentos de recolha de informação:

1. **Entrevista semi-estruturada**¹¹ realizada aos informantes-chave, nomeadamente chefe administrativo, chefe de aldeia, outros representantes políticos, líderes religiosos, homens influentes como os professores e agentes de saúde, mulheres influentes *Apuiamwene*, e comerciantes/empregadores; e doutro lado a pessoas consideradas alvo como por exemplo: mulheres viúvas, solteiras chefes de família, mulheres não oriundas, segundas mulheres; homens solteiros, não oriundos e; velhos chefes de família.

2. **3 Grupos Focais**¹² compostos de mulheres, jovens, velhos.

3. **Observação passiva/não participativa**¹³ Com este método pretendemos recolher informação que não poderemos obter usando os outros dois métodos, centrando-nos nas assimetrias intra-agregado. A informação recolhida será em relação ao uso do tempo de trabalho e de lazer dos agregados familiares segundo chefia (mulher ou homem), segundo tamanho do agregado, e segundo são oriundos do local ou não. Assim vão-se realizar 6 tipos de observações:

- Agregado familiar chefiado por Homem
- Agregado Familiar chefiado por Mulher
- Agregado Familiar com mais de 5 membros¹⁴
- Agregado familiar com menos de 5 membros
- Agregado familiar oriundos
- Agregado familiar não oriundos

Assim, a metodologia qualitativa que se pretende utilizar corresponde a denominada *Investigação-Acção Participante* (IAP). Os supostos básicos deste método

¹¹ Ver Anexos “Guião da Entrevista Semi-estruturada”

¹² Ver Anexos “Guião dos Grupos Focais: Mulheres, Homens, Velhos e Jovens”

¹³ Ver Anexos “Informação-chave na Observação Participativa”

¹⁴ Segundo o IAF 2002/03 a media de pessoas por agregado familiar em todo o país é de 4,8 pessoas.

parte da visão de que as pessoas constroem a realidade onde vivem; as comunidades e os grupos onde estão inseridos têm o seu próprio desenvolvimento histórico e cultural; a relação entre investigador/ e as pessoas da comunidade tem que ser horizontais e dialogantes; toda comunidade dispõe de recursos necessários para sua evolução e transformação; e assume a convicção de usar distintas ferramentas metodológicas, quer quantitativas quer qualitativas (Montero¹⁵, 1994, pag.15). Introduzimos em anexo (5) o inquérito dirigido aos agregados familiares que é mais um componente do programa de investigação sobre o carácter multi-dimensional da pobreza que visa a recolha de informação de natureza quantitativa.

4. Diversos

4.1. Auditoria

Durante o primeiro semestre de 2004 foi levada a cabo uma auditoria às contas do programa para o período entre 1 de Maio de 2002 (data de início) a 31 de Dezembro de 2003.

O processo de contratação da empresa de auditoria incluiu os seguintes passos:

- Elaboração dos termos de referência e do contrato com o apoio do sector financeiro da Embaixada
- Abertura de um concurso, o qual foi ganho pela empresa internacional Ernst & Young.

Os auditores elaboraram um relatório e uma carta de recomendações dirigida à administração do Cruzeiro do Sul, ambos os documentos foram entregues à Embaixada.

A opinião expressa pelos auditores no relatório foi: “...as demonstrações financeiras...apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Programa de Redução da Pobreza Absoluta no Norte – Projecto MZ013902/881 em 31 de Dezembro 2002 e 2003, e o saldo de receitas e despesas para o períodos findos naquelas datas”.

As recomendações propostas foram:

- Verificação periódica dos caixas através de contagens físicas
- Comparar as folhas de caixa com os registos contabilísticos
- Estabelecimento de um fundo de caixa fixo
- Preenchimento de um modelo apropriado de justificação das despesas para os valores concedidos/solicitados
- Elaboração de relatórios de viagens
- Preparação de um registo extra-contabilístico apropriado do imobilizado

¹⁵ Montero, M (coord) (1994) Psicologia Social Comunitária. Universidad de Guadalajara, Guadalajara, México, pag.15

- Elaboração de normas com a descrição dos métodos e procedimentos para a atribuição de bolsas de estudo
- Identificação de todas as situações que estão passíveis de pagamento da taxa liberatória de IRPS
- Elaborar novos contratos dos trabalhadores.

Para dar seguimento às recomendações sugeridas, o Cruzeiro do Sul elaborou um plano de acção pós auditoria. O plano e os documentos, ordens de serviços, e modelos elaborados foram entregues à Embaixada para a sua apreciação em Agosto de 2004. Os principais resultados alcançados até o presente momento foram:

Tópico	Acção Proposta	Resultados
Caixa	Adopção de um sistema de controlo das entradas e saídas de caixas feito por duas pessoas, uma manuseia a caixa no dia a dia e a outra faz o controlo dos movimentos através dos justificativos das despesas.	<ul style="list-style-type: none"> • Contagens de caixa mensais assinadas pelos responsáveis • Folhas de caixa mensais elaboradas e em uso • Comparação mensal das folhas de caixa e dos registos contabilísticos.
Manuseamento dos fundos	Elaboração de um modelo para a requisição e justificação de fundos a ser preenchido sempre que haja um adiantamento de dinheiro.	<ul style="list-style-type: none"> • O modelo está a ser preenchido para todos os adiantamentos de dinheiro.
Relatórios de actividades	Elaboração de um relatório de actividades desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do modelo de relatório • O modelo está a ser preenchido para todas as deslocações efectuadas.
Imobilizado	Elaborar o inventário dos bens adquiridos pela instituição	<ul style="list-style-type: none"> • O inventário foi elaborado e está a ser actualizado periodicamente.
Bolseiros	Elaboração de uma ordem de serviço que especifica por escrito as normas e procedimentos para a atribuição de bolsas de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Ordem de serviço elaborada e em uso.
Taxa liberatória de IRPS	Retenção na fonte referentes a todos os contratos celebrados ao seus colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • A retenção está a ser feita com base mensal.
Contratos dos trabalhadores	Elaboração da minuta de contrato para trabalhadores dependentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Minuta elaborada, os novos contratos entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

4.2. Assalto às Instalações do Cruzeiro do Sul

Em Outubro de 2004, os escritórios do Cruzeiro do SUL foram assaltados, do qual resultou a perda de três computadores, do fundo de caixa 6.000.000,00 de meticais e 370 dólares e danos nas portas, grades e nos cabos da rede informática.

Este acontecimento provou a vulnerabilidade das instalações desta instituição e fez com que se tomassem medidas para o reforço da segurança. Não tendo o Cruzeiro do Sul receitas próprias, foi lançado um apelo aos amigos e parceiros a solicitar um apoio na medida do possível. Com a solidariedade demonstrada foi possível a reposição do equipamento. Para o efeito foi contratada uma empresa de segurança privada para instalar um dispositivo de segurança adequado, reforçado o gradeamento e as portas, mudadas as fechaduras, montada a rede e cablagem, instalado um novo cofre e foi feito um seguro para o equipamento e o fundo de caixa.